

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.744.169 - AM (2018/0128036-4)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **R E MARTINS RABELO**
RECORRENTE : **MARTINS VEICULOS LTDA**
ADVOGADOS : **MIGUEL BENTO VIEIRA - MG110432**
 ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES - MG032064
RECORRIDO : **DISTRIBUIDORA E COMERCIAL R J C LTDA**
ADVOGADOS : **MARCOS ANTONIO CAVALCANTE E OUTRO(S) -**
 AM003494
 ÍKARO PEREIRA AMORE - AM006350
AGRAVANTE : **DISTRIBUIDORA E COMERCIAL R J C LTDA**
ADVOGADOS : **MARCOS ANTONIO CAVALCANTE - AM003494**
 ÍKARO PEREIRA AMORE - AM006350
AGRAVADO : **R E MARTINS RABELO**
AGRAVADO : **MARTINS VEICULOS LTDA**
ADVOGADOS : **MIGUEL BENTO VIEIRA - MG110432**
 ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES - MG032064

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARTIGOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Liquidação de sentença por artigos.
2. A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial.
3. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
4. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
5. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
6. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por R E MARTINS

Superior Tribunal de Justiça

RABELO e MARTINS VEICULOS LTDA., fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Ação: de indenização por danos materiais, em fase de liquidação de sentença por artigos, ajuizada pela DISTRIBUIDORA E COMERCIAL R J C LTDA., em face dos recorrentes, decorrente de concorrência desleal.

Decisão interlocutória: julgou parcialmente procedente o pedido formulado em liquidação por artigos, para fixar o valor da condenação em R\$ 501.329,76 (quinhentos e um mil, trezentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos).

Acórdão: conferiu parcial provimento ao agravo de instrumento interposto pela recorrida, para determinar que os cálculos da indenização sejam refeitos, considerando-se como termo final da incidência dos lucros cessantes a data de 31/12/2000.

Embargos de declaração: interpostos pelos recorrentes, foram parcialmente acolhidos, para anular a decisão objeto do agravo de instrumento e determinar o prosseguimento da instrução processual, com a possibilidade de juntada, pela recorrida, de documentos que comprovem a existência de lucros cessantes.

Embargos de declaração: interpostos pelos recorrentes e pela recorrida, ambos foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 10, 11, 141, 223, 276, 278, 282, § 2º, 320, 434, 435, 489, I e I, §§ 1º e 3º, VI, 490, 492, 494, 502, 503, 505, 507, 1.002, 1.008, 1.013 e 1.022, I e II, e parágrafo único, do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial. Além de negativa de prestação jurisdicional, assevera que a recorrida não comprovou os alegados prejuízos. Insurge-se contra a anulação da sentença e a reabertura da instrução probatória. Aduz a existência de julgamento fora do pedido.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/2015

- Da violação do art. 1.022 do CPC/15

A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial. Aplica-se, neste caso, a Súmula 284/STF.

- Da fundamentação deficiente

Os argumentos invocados pelos recorrentes não demonstram como o acórdão recorrido violou os arts. 10, 11, 141, 223, 276, 278, 282, § 2º, 320, 434, 435, 489, I e I, §§ 1º e 3º, VI, 490, 492, 494, 502, 503, 505, 507, 1.002, 1.008 e 1.013 do CPC/15.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos dispositivos legais indicados como violados, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, neste caso, a Súmula 211/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 1.029, § 1º, do CPC/15 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Superior Tribunal de Justiça

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

